

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR

O SUFOCO DA CLASSE TRABALHADORA



Em Osasco, na região metropolitana de São Paulo, moradores e militantes do PCBR se organizam contra o despejo das Favelas 13 e 14. Foto: Jornal O Futuro.

O endividamento das famílias brasileiras ainda continua alarmante, mesmo com leve queda no percentual de endividados. Em realidade, 20,8% das famílias comprometem mais da metade do que ganham para pagar débitos, demonstrando que a grande questão não é apenas a quantidade de endividados, mas o peso que as dívidas têm sobre a renda das famílias trabalhadoras. A situação de famílias de baixa renda é ainda mais grave, em que 77% estão endividadas, sendo que 25% se consideram “muito endividadas”. O acesso restrito ao crédito barato acaba

empurrando essas pessoas para modalidades muito mais caras, como empréstimos com juros exorbitantes, carnês e financiamentos abusivos. São justamente essas famílias que mais dependem do crédito para sobreviver e, ao mesmo tempo, as que enfrentam mais barreiras para acessá-lo.

Enquanto isso, os bancos seguem impondo taxas de juros que beiram o absurdo. O Banco Central já alertou que o crédito de alto risco está crescendo e que a qualidade das concessões de empréstimos piorou. Nesse cenário, o sistema financeiro segue li-

berando crédito para quem pode pagar mais juros, enquanto nega melhores condições para quem realmente precisa.

Em resposta, o governo pretende regulamentar uma nova modalidade de crédito consignado para trabalhadores da iniciativa privada, utilizando o FGTS como garantia. A proposta permitirá que trabalhadores com carteira assinada tomem empréstimos com desconto direto na folha de pagamento, comprometendo excessivamente a renda mensal e a perda da função original do FGTS como reserva emergencial. **pág. 4**

STF recebe denúncia da PGR e Bolsonaro e seus aliados se tornam réus em processo penal:

Na quarta-feira (26), o Ministro Alexandre de Moraes ressaltou as ações de Jair Bolsonaro até o dia 8 de janeiro de 2023, demonstrando na leitura do seu voto que a PGR descreveu de forma satisfatória os elementos da organização criminosa imputados aos acusados, bem como a descrição das manobras para a abolição do Estado Democrático de Direito. **pág. 3**

AUMENTO DA VIOLÊNCIA:

Dez anos depois da Lei do Feminicídio, violência contra mulheres tem aumento galopante. **pág 3**

O BRASIL NO ESCURO:

Lula se recusa a reestatizar a Eletrobrás e entrega o programa nuclear para o mercado financeiro. **pág 5**

ESCOLAS VIRAM SAUNAS:

Escolas brasileiras enfrentam temperaturas altíssimas e prejudicam professores e estudantes. **pág 6**

O ARROZ ESTÁ CARO:

Mas o Governo Lula-Alckmin aumentou ainda mais os bilhões e isenções fiscais para o agronegócio via Plano Safra. **pág 11**

Editorial

Um 1º de maio para retomar as lutas!

Os rumos que a situação política no Brasil tem tomado são muito preocupantes para os trabalhadores. Desde o começo do atual governo, interpretado por alguns como “um suspiro” frente ao governo golpista de Temer e a selvageria fascistoide de Jair Bolsonaro, não vimos senão ataques frontais. Já não resta dúvida, para quem for honesto em sua análise: o governo Lula-Alckmin tem sido ainda mais eficiente em manter a agenda do grande capital, particularmente as medidas chamadas “neoliberais”, com pouca ou nenhuma contestação.

É claro que isso preocupa o conjunto inflado de analistas “de esquerda” que ainda se iludem (e buscam iludir) a classe trabalhadora, dizendo ainda “tratar-se de um governo em disputa”. Cada medida antipopular patrocinada pelo governo federal, como mostram as matérias desta edição sobre o complexo prisional privado em Santa Catarina, o desmonte do FGTS a serviço da engorda do capital financeiro ou a privatização da Eletrobras com a bênção dos recursos do BNDES, vem acompanhada de mais e mais concessões para a grande burguesia brasileira e internacional também no âmbito político-institucional. Enquanto a “ala esquerda” do governismo diz para centrarmos forças contra a direita, o governo em si a apoia e a alimenta.

Com o 1º de maio, Dia Internacional do Trabalhador, se avizinando, é hora de lembrarmos como a classe trabalhadora fez (e continua fazendo) história, quando conseguiu se livrar das ilusões da burguesia e lutar como classe independente. Estamos há meses com uma luta pelo fim da escala 6x1, combatida pelos patrões, pela direita, pelo governo e pelos setores reformistas, e sendo dividida pelos hesitantes, até com promessas de só fazê-la no segundo semestre. Enquanto isso, vão surgindo novamente as iniciativas pelas bases, com comitês contra a escala 6x1 e uniões de trabalhadores de supermercados, movimentos importantes como o Breque dos Apps, a greve dos ferroviários em São Paulo e a paralisação da Petrobrás.

Não precisamos voltar muito na história para ver o sucesso dos trabalhadores quando lutam com firmeza, contra patrões e contra governos, sejam quais forem. No fim de fevereiro, as imagens, surpreendentes e encorajadoras, das manifestações dos trabalhadores gregos por memória e justiça dos mortos no acidente de trem em Tempe tomaram as redes e mostraram como se faz – com a paralisação de todos os aeroportos e portos, de setores industriais e ferroviários, com o surgimento de novos sindicatos, com uma central sindical combativa à frente, a PAME, começa um ciclo de lutas em que a imprensa comunista tem participado demonstrando o conluio entre todas as forças da ordem e que custou a vida de 57 pessoas, a maioria estudantes.

Para os que já perderam a memória e preferem apoiar o atual governo, devemos esfregar na cara: também em 2017 (mesmo sob o governo Temer), um único dia de Greve Geral no Brasil foi responsável por atrasar em dois anos a Reforma da Previdência – e teríamos conseguido mais se a maioria das centrais sindicais não tivessem recuado de crescer o movimento para um novo dia de paralisação nacional. Essa a força dos trabalhadores, no Brasil e no mundo todo.

As lutas de todo o mês de abril tem um ponto de chegada claro: construir o Dia Internacional do Trabalhador e fazer dele uma grande caixa de ressonância pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho, não só em palavras, mas em ações, organizando e reforçando os comitês que já existem. Assim fazemos nossa luta e só assim é que ganhamos.

Economia

Santa Catarina lança edital para construção de complexo prisional privado em Blumenau



Jorginho Mello na Cerimônia de lançamento do Projeto de Parceria Público-Privada do Complexo Prisional de Blumenau. Foto: Roberto Zacarias/Secom SC.

Em 26 de fevereiro, o governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), anunciou a abertura do edital para a concessão administrativa do novo Complexo Prisional de Blumenau, um projeto de Parceria Público-Privada (PPP) que transferirá à iniciativa privada a construção, reforma, manutenção e operação do sistema carcerário pelos próximos 30 anos.

Com o apoio do Governo Lula-Alckmin, e investimentos estimados em R\$ 263 milhões – dos quais R\$ 50 milhões serão aportados pelo Estado na fase de obras –, o projeto foi estruturado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com apoio do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), vinculado à Casa Civil da Presidência da República, e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A PPP prevê que a empresa vencedora do leilão construa dois novos módulos de regime fechado (1.600 vagas), uma unidade de regime semiaberto (450 vagas), reforme as instalações antigas (800 vagas) e gerencie um módulo de serviço central (129 vagas), totalizando 2.979 vagas. Além disso, a empresa deverá equipar, fazer a manutenção do complexo e prestar todos os serviços de apoio à sua operação, incluindo a oferta de qualificação profissional e atividades laborais.

O contrato, com valor estimado em R\$6 bilhões, prevê pagamentos mensais de até R\$17,76 milhões ao parceiro privado, e a escolha da empresa se dará pelo critério de “menor contraprestação pública” – ou seja, ganha a proposta que representar o menor

custo para o Estado. Embora a justificativa oficial aponte a redução de gastos e a promoção da ressocialização, o projeto traz à tona críticas sobre os riscos da privatização dos presídios.

Apesar do discurso de ‘modernização’, a iniciativa replica um modelo questionado globalmente, no qual a gestão privada de presídios prioriza lucros em vez de direitos humanos. Em países como os Estados Unidos, experiências similares resultaram em superlotação, abusos e estímulo ao encarceramento em massa. Hoje, o país tem a maior população carcerária do mundo, enquanto empresas privadas, em parceria com o governo estadunidense, exploram o trabalho dos presos em um regime de escravidão moderna para produzir bens e serviços, faturando milhões de dólares por ano.

Ao apoiar a PPP do novo Complexo Prisional de Blumenau, o governo Lula, juntamente com o BNDES, em alinhamento com o governador Jorginho Mello, abraça um modelo que transforma a gestão prisional em negócio. A adesão à lógica do lucro na administração de presídios amplia o risco de pressões por legislações penais mais duras no Congresso e por decisões judiciais enviesadas, além de alimentar o crescimento de prisões provisórias – mecanismo que já mantém 40% da população carcerária sem julgamento, em sua maioria jovens, negros e pobres. O projeto, assim, não só reforça a criminalização da pobreza, mas também cria um mercado lucrativo para grupos capitalistas que se beneficiam do encarceramento em massa para explorar mão de obra barata.



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

Leia também pela internet: jornalofuturo.com.br

Política

Dez anos da Lei do Feminicídio: o que mudou no Brasil?

Uma década depois, país vive aumento do punitivismo e aumento recorde nos casos de violência de gênero.

No dia 09 de março deste ano completaram-se dez anos desde a publicação da Lei nº 13.104/2015, sancionada pela então presidente da República Dilma Rousseff (PT), que tipifica o feminicídio. Através dessa lei, o assassinato de mulheres por discriminação de gênero foi classificado como crime no âmbito do homicídio qualificado. À época, a lei foi considerada um avanço político, legislativo e social pela então representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman e “uma vitória do movimento feminista”, segundo Jacira Melo, diretora do Instituto Patrícia Galvão.

Conforme afirmou a ex-presidenta na cerimônia de assinatura da lei, morriam, em média, 15 mulheres por dia no país vítimas de violência naquele período, o que significava mais de 5.400 mulheres por ano. Para a então deputada federal Jô Moraes (PCdoB-MG), “a sanção do crime do feminicídio, ao ampliar a pena e impedir que haja vantagens para o assassino, sem dúvida nenhuma, vai fazer com que os homens pensem mais se devem matar a mulher apenas por ela ser mulher”. O que mudou no país dez anos após a publicação da lei?

Aumento do punitivismo

Já no dia 09 de outubro do ano passado, o presidente Lula (PT) sancionou a Lei nº 14.994/2024, que eleva a pena mínima de feminicídios de 12 para 20 anos, e a pena máxima de 30 para 40 anos. Além de ampliar a lista de situações agravantes que podem acarretar num período de reclusão, o texto também inclui o feminicídio na Lei dos Crimes Hediondos e aumenta a pena para descumprimento de medida protetiva de urgência, dentro dos dispositivos da Lei Maria da Penha.

Em 2022, o Ministério da Justiça e Segurança Pública coordenou a operação Maria da Penha entre os meses de agosto e setembro, que resultou em 12.396 prisões por violência doméstica e feminicídio em apenas um mês. No ano anterior, a mesma operação já havia realizado cerca de 14,1 mil detenções. Apesar da falta de dados atualizados prejudicar o acompanhamento dos casos, o último dado do Ministério da Justiça, de 2017, registrava 4.829 novos casos de feminicídio nos tribunais, o dobro do ano anterior, e um total de mais de 10 mil processos aguardando resolução.

O relatório “O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha: ano 2022”, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e que congrega processos de violência doméstica, familiar e feminicídio, aponta que 640.867 mil novos processos destes tipos deram entrada no sistema judicial brasileiro em 2022, e 399.228 mil sentenças foram proferidas no mesmo ano.

Aumento da violência

A efetividade da elevação de penas, que inicialmente já eram mais rigorosas do que casos de homicídio simples (6 a 20 anos de

reclusão), no combate a este tipo de crime, contudo, é questionável. De acordo com dados do 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que apresenta as informações do ano de 2023, o número de feminicídios aumentou 0,8% em comparação com os dados de 2022. Isto representa não apenas o número mais alto desde a publicação da Lei do Feminicídio em 2015, como é o segundo ano consecutivo de aumento dessa violência no país.

Esse aumento também foi acompanhado de uma alta generalizada de todos os tipos de violência de gênero, como estupro (6,5%), violência doméstica (9,8%), assédio e importunação sexual (28,5% e 48,7%, respectivamente), violência psicológica (33,8%), etc. Desde 2016, primeiro ano que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) passou a registrar feminicídios em seus anuários, o crescimento foi de mais de 136%, numa escalada cujo registro só foi prejudicado em um único ano, pelas adversidades da pandemia. Para fins comparativos, considerou-se a metodologia proposta pelo FBSP.

Recordes de violência nos estados

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), até outubro de 2024 o Brasil teria registrado queda de 5,1% nos índices de feminicídio em comparação com o ano de 2023. Os dados, porém, não contemplam os meses de novembro e dezembro, e apresentam discrepâncias com as informações do FBSP ao afirmar uma queda de quase 2% entre 2022 e 2023 enquanto o Anuário de Segurança Pública registra um leve aumento dos casos.

Já alguns estados registraram números recordes de violência de gênero. São Paulo registrou 253 casos de feminicídio em 2024, 32 a mais do que no ano anterior e o maior índice desde 2015. Também foi recorde o número de estupros: 14.579 casos, sendo 11.169 deles (76%) estupros de vulneráveis, isto é, quando a vítima é menor de 14 anos. O governo do estado, comandado por Tarcísio de Freitas (Republicanos), liberou apenas R\$900 mil de verba para as políticas de combate à violência e violência contra a mulher da Secretaria de Segurança Pública ao longo de 2024, de um total previsto de R\$26 milhões. Já para o ano de 2025, o governador confirmou apenas R\$16 milhões para a Secretaria de Políticas para a Mulher, de um total previsto anteriormente em R\$36 milhões. Destes R\$16 milhões, cerca de R\$10 milhões se traduzem em gastos administrativos.

O Rio Grande do Sul registrou 72 vítimas em 2024, uma queda de 15,3% em comparação com 2023, enquanto Santa Catarina registrou 51 feminicídios. Já os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul também registraram aumentos, com 45 e 37 vítimas, respectivamente.

Sindical

Dia 26 de março foi marcado pela Greve Nacional dos Petroleiros

Trabalhadores e trabalhadoras estavam na REDUC, TECAM e UTE mobilizados pela convocatória à categoria petroleira a participar do movimento nacional unificado.



Trabalhadores na porta da REDUC, no dia que marca 63 anos do Sindipetro Caxias. Foto: Jornal O Futuro

Iniciada no final do dia 25 de março a partir das zero horas do dia 26 de março, a greve dos Petroleiros aconteceu em nível nacional durante todo o dia com diversas atividades e paralisações em cada uma dos postos de trabalho: refinarias, termelétricas, etc. Essa greve foi convocada pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e a Federação Única dos Petroleiros (FUP) em função do autoritarismo da atual gestão de Magda Chambriard, indicada ao cargo pelo Governo Lula-Alckmin em meados de 2024, que vem desrespeitando os acordos firmados e impondo retrocessos nas conquistas da categoria petroleira.

O Futuro acompanhou as mobilizações na Refinaria Duque de Caxias (REDUC) no Rio de Janeiro. Às 00h do dia 26 de março, trabalhadores e trabalhadoras estavam na porta da REDUC mobilizados pela convocatória à categoria petroleira a participar do movimento nacional unificado que defende o respeito aos trabalhadores da ativa e dos aposentados.

Os piquetes começaram às 4h da manhã, visando o corte de rendição na troca de turnos da refinaria. Dessa forma, a partir da saída dos trabalhadores que já estavam dentro, as operações iriam sendo paralisadas pela não-substituição de quem saía da refinaria a partir das 6h da manhã. A maior parte dos grevistas se concentraram em frente ao Arco da REDUC, mas também tinham equipes organizadas em piquetes na Campos Elíseos (TECAM) e na Usina Termelétrica Baixada Fluminense (UTE). Mais de 20 ônibus, que levam operários para dentro da refinaria, tiveram seus trajetos interrompidos nas ações de greve. Encerrados as ações, os grevistas e apoiadores comemoraram o aniversário de 63 anos de fundação do SINDIPETRO Caxias. O sindicato foi fundado em 26 de março de 1962.

Os pontos de reivindicação apresentados pela categoria são: contra a redução da remuneração variável anunciada pela gestão Magda, que cortou 31% do valor acordado da Participação de Lucros e Resultados (PLR), enquanto a Petrobras distribuiu mais de R\$ 100 bilhões em dividendos aos acionistas; por um novo Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) integrado para todo o sistema Petrobras; pelo fim do plano de equacionamento de déficit (PED) da Petros, que vem gerando descontos abusivos nos contracheques dos trabalhadores; pelo imediato cancelamento da mudança no teletrabalho imposta pela empresa sem nenhuma discussão com a categoria; por reposição dos efetivos na Petrobras, com as convocações dos concursados e abertura novos concursos; pela garantia dos direitos dos trabalhadores terceirizados e o fim da escala 6x1 no sistema Petrobras; pela garantia de segurança da vida e integridade no trabalho a todos os trabalhadores da empresa; e a reabertura da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (FAFEN-PR).

Economia

Endividamento das famílias cresce e sufoca a classe trabalhadora

Juros altos e crédito seletivo agravam a crise e crédito consignado do FGTS não é solução.

O endividamento das famílias brasileiras está longe de ser um problema resolvido. Embora o percentual de endividados tenha caído, atingindo 76,1% em janeiro, a realidade por trás dos números conta uma história diferente. A população está gastando uma fatia cada vez maior de sua renda para pagar dívidas, enquanto os bancos e o sistema financeiro seguem lucrando com juros abusivos. Para a classe trabalhadora, especialmente os mais pobres, que já enfrentam dificuldades para acessar crédito, o aperto é ainda maior.

Os dados da Confederação Nacional do Comércio (CNC) mostram que 20,8% das famílias agora gastam mais da metade do que ganham para pagar dívidas, o maior índice desde maio de 2024. Ao mesmo tempo, os juros elevados e a seletividade do crédito impedem muitas famílias de renegociar suas dívidas, criando um ciclo vicioso onde a pobreza se aprofunda e os grandes bancos seguem ditando as regras.

Se a situação financeira dos brasileiros já está difícil, para as famílias de baixa renda o cenário é ainda mais alarmante. Segundo a pesquisa da Quaest, 77% da população de classe baixa está endividada, sendo que 25% se consideram “muito endividados”. Essas famílias, que ganham até três salários mínimos, são as únicas cujo endividamento aumentou na comparação anual. São justamente essas famílias que mais dependem do crédito para sobreviver e, ao mesmo tempo, as que enfrentam mais barreiras para acessá-lo.

Apenas 40% das pessoas da classe baixa têm um cartão de crédito, um dado que desmonta o mito de que a classe trabalhadora se endivida porque gastam demais. A realidade é que essa população frequentemente recorre a alternativas mais caras e precárias, como empréstimos com juros exorbitantes, carnês e financiamentos abusivos. A falta de acesso a crédito barato não impede o endividamento, apenas o torna mais profundo.

Enquanto a renda das famílias fica comprometida com dívidas, os bancos seguem impondo taxas de juros que beiram o absurdo. A taxa básica de juros (Selic) está em 13,25% ao ano e deve subir ainda mais em março. Mas quem sente esse aumento não são os donos de grandes fortunas ou investidores. São as famílias que veem suas prestações ficarem cada vez mais caras e sua margem de manobra financeira desaparecer.

O Banco Central já alertou que o crédito de alto risco está crescendo e que a qualidade das concessões de empréstimos pio-



Em Osasco, na região metropolitana de São Paulo, moradores e militantes do PCBR se organizam contra o despejo das Favelas 13 e 14 por parte da prefeitura, sem garantia de moradia digna para todas as famílias, em novembro de 2024. O despejo dessas famílias e a promessa de revitalização da área pela prefeitura beneficiam principalmente as construtoras e o setor do mercado imobiliário, enquanto a classe trabalhadora se endivida cada vez mais. Fotos: Jornal O Futuro.

rou. Ou seja, o sistema financeiro segue liberando crédito para quem pode pagar mais juros, enquanto nega melhores condições para quem realmente precisa. Isso gera ainda mais endividamento, mais inadimplência e mais famílias presas num ciclo de dívidas sem fim.

Mesmo com uma leve queda na inadimplência nos últimos meses (de 29,3% para 29,1%), as projeções não são otimistas. A CNC alerta que o número de endividados pode voltar a crescer ao longo do ano, fechando 2025 com 77,5% das famílias nessa situação e 29,8% inadimplentes. Isso significa que, se nada mudar, mais brasileiros seguirão comprometendo boa parte de seus rendimentos para pagar juros e dívidas, enquanto o custo de vida sobe e o acesso a direitos básicos, como moradia, alimentação e saúde, se torna ainda mais difícil.

O governo federal pretende regulamentar, por meio de uma Medida Provisória, uma nova modalidade de crédito consignado para trabalhadores da iniciativa privada, utilizando o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como garantia. A proposta permitirá que trabalhadores com carteira assinada tomem empréstimos com desconto direto na folha de pagamento, comprometendo até 35% de sua renda mensal. Além disso, em caso de demissão sem justa causa, parte da multa rescisória e até 10% do saldo do FGTS poderão ser retidos para quitar a dívida, o que, segundo o governo, reduziria o risco para os bancos e levaria a uma queda nas taxas de juros.

No entanto, a medida pode agravar o endividamento dos trabalhadores, especialmente aqueles com menor estabilidade no emprego. Com um percentual significati-

vo do salário comprometido antes mesmo do recebimento, o acesso facilitado ao crédito pode incentivar gastos além da capacidade de pagamento, levando muitas famílias a recorrer a novos empréstimos para cobrir despesas essenciais. Além disso, a retenção de parte do FGTS em caso de demissão enfraquece a função original do fundo como uma reserva emergencial, deixando os trabalhadores mais vulneráveis a períodos de desemprego. Sem mecanismos de proteção a nova modalidade pode, na prática, ampliar a precarização da renda e aprofundar o endividamento da população mais pobre.

A cada ano, os bancos batem recordes de lucro, enquanto as famílias lutam para pagar as contas. O endividamento da população é uma peça fundamental desse sistema que transfere riqueza de quem pouco tem para quem já tem demais. O que se vê é uma economia estruturada para beneficiar especuladores, enquanto a classe trabalhadora se afoga em juros impagáveis.

O governo federal pretende regulamentar, por meio de uma Medida Provisória, uma nova modalidade de crédito consignado para trabalhadores da iniciativa privada, utilizando o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como garantia. A proposta permitirá que trabalhadores com carteira assinada tomem empréstimos com desconto direto na folha de pagamento, comprometendo até 35% de sua renda mensal. Além disso, em caso de demissão sem justa causa, parte da multa rescisória e até 10% do saldo do FGTS poderão ser retidos para quitar a dívida, o que, segundo o governo, reduziria o risco para os bancos e levaria a uma queda nas taxas de juros.

No entanto, a medida pode agravar o endividamento dos trabalhadores, especialmente aqueles com menor estabilidade no emprego. Com um percentual significativo do salário comprometido antes mesmo do recebimento, o acesso facilitado ao crédito pode incentivar gastos além da capacidade de pagamento, levando muitas famílias a recorrer a novos empréstimos para cobrir despesas essenciais. Além disso, a retenção de parte do FGTS em caso de demissão enfraquece a função original do fundo como uma reserva emergencial, deixando os trabalhadores mais vulneráveis a períodos de desemprego. Sem mecanismos de proteção a nova modalidade pode, na prática, ampliar a precarização da renda e aprofundar o endividamento da população mais pobre.

Economia

Privatização e austeridade ameaçam Eletronuclear e a soberania nacional

Apesar de publicamente criticar a privatização da Eletrobrás, Lula recuou no interesse político em revertê-la. Como resultado, foi firmado acordo entre a União e a Eletrobrás – divulgado em 28 de fevereiro – que reafirma a privatização realizada por Bolsonaro. Fica mantido, na negociação, o limite de cada acionista a 10% dos votos nas decisões administrativas, mesmo que o governo seja detentor de 42% das ações da companhia.

O recuo petista sobre a privatização não se limitou a acatar o entreguismo da estatal ao mercado, mas também a intensificá-lo. Isso ocorre por um outro termo dessa negociação: a desresponsabilização da empresa sobre investimentos relativos ao programa de energia nuclear brasileiro. Em 2022, quando houve o processo de privatização, a Eletronuclear era uma subsidiária da Eletrobrás, responsável pelas suas atividades nucleares. Como a constituição prevê que geração de energia nuclear é monopólio do Estado, a Eletronuclear permaneceu sob gestão estatal, com a recém privatizada Eletrobrás obrigada a investir na conclusão da usina de Angra 3, com valor estimado de aproximadamente 16 bilhões.

O mercado financeiro, representado pelos bancos de investimento que orientam investidores, manteve pressão para que a Eletrobrás fosse desobrigada de investir no setor nuclear. O governo Lula, então, cedeu a essa pressão e incluiu no recente acordo essa medida, que avança mais na privatização do que o próprio projeto original bolsonarista. Na nova regra, fica sob responsabilidade do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) encontrar uma nova saída para a usina. De um lado, a reação

do mercado não escondeu a empolgação com a decisão petista, como no caso do Itaú que divulgou no relatório aos clientes que “o carnaval chegou mais cedo para a Eletrobrás”, enquanto as ações subiram 6% após divulgação da íntegra do acordo. Por outro lado, os trabalhadores reagiram à notícia: a Associação de Empregados da Eletrobrás (AEEL) divulgou a nota “Acordo entre Governo e Eletrobras privatizada é traição ao país!”

No texto publicado no último 5 de março, a AEEL denuncia: “De acordo com as comunicações oficiais da empresa e do governo, estes estão negociando a saída da Eletrobras da Eletronuclear e a desobrigação desta com a manutenção das Usinas de Angra 1 e 2 e da conclusão de Angra 3. As obrigações com a Eletronuclear foram o ônus que a Eletrobras privatizada teve que arcar em troca do extraordinário bônus de ganharem o direito de vender mais caro para o consumidor a energia das hidrelétricas amortizadas que antes era a mais barata do mercado. O resultado disso é que o governo e o consumidor (o povo brasileiro) terão de arcar sozinho com os mais de R\$ 30 bilhões necessários para a atualização de Angra 1 e 2 e a conclusão de Angra 3, já que a Eletrobras, que deveria aportar quase metade desse valor se verá desobrigada.”

Como contrapartida, o governo justifica que entende como vitória a conquista de três dos dez assentos no conselho administrativo da empresa (antes - no acordo original da privatização - limitado a 1 assento). A nota da AEEL, porém, questiona:

“É importante ressaltar que uma coisa é o governo ter 43% dos votos na assembleia geral de acionistas, podendo formar alianças

com outros acionistas privados e exercer real influência na empresa. Outra é poder indicar três dos dez membros do conselho de administração, mantendo apenas 10% do poder de voto. Serão apenas cargos decorativos, sem nenhuma influência real na companhia, ainda que regamente remunerados. (...) Esse acordo só beneficia os acionistas privados da Eletrobras e o grupo 3G, o mesmo da fraude bilionária nas Americanas e que hoje controla a companhia, mesmo tendo menos de 0,5% das ações ordinárias. Tudo isso a troco de três cargos de R\$ 200.000,00 por mês para o governo distribuir entre aliados.”

A medida vem numa esteira de golpes sobre a Eletronuclear nos últimos períodos, que não foram amenizados com a mudança de governos em 2023. Pelo contrário, sob a administração petista foi indicado Raul Lycurgo Leite para presidência da estatal, que conduz um severo plano de austeridade em sua gestão, pesando principalmente sobre trabalhadores, com um plano de demissão, corte de benefícios (principalmente moradias), transferência involuntária de funcionários e redução em despesas operacionais.

Em nota publicada, a Intersindical dos Sindicatos da INB (Indústrias Nucleares do Brasil), dirigida pela CUT, denunciou as demissões, colocando a culpa sobre o atual presidente da empresa:

“Para complicar ainda mais esta situação, o atual presidente Sr. Raul Lycurgo e seu diretor de Administração, Sr Sidnei Bispo (...) estão muito próximos de acabar com a empresa, suas história e seus empregados. Considerando a relação da INB com a ETN de fornecedor de elemento combustível esta

crise pode tragar a INB e, ainda pior, comprometer toda a área nuclear, gerando perdas irreversíveis a todo o sistema e a tudo que significa a produção de energia para o Estado do Rio de Janeiro e para o Brasil. Nos solidarizamos com os empregados da Eletronuclear e com os Sindicatos e os sindicalistas que lá estão combatendo um presidente sem compromissos com a área nuclear e que na verdade luta para privatizar a empresa entregando um patrimônio do país para a iniciativa privada”.

A mesma nota, divulgada pelos sindicatos, termina fazendo um apelo ao presidente Lula, como se Lycurgo atuasse de forma alheia ao interesse do governo. Em entrevista ao Valor Econômico, porém, o presidente da empresa deixou claro que a medida é uma resposta à pressão de ministros, como da Casa Civil (Rui Costa - PT) e de Minas e Energia (Alexandre Silveira - PSD).

Tanto no acordo com os acionistas da Eletrobras, que desfinancia a Eletronuclear para agrandar ao mercado; como na própria presidência da empresa, com um plano de austeridade e ataque aos trabalhadores; fato é que o programa de energia nuclear brasileiro passa por um processo de desmonte e insegurança. Estão em risco os trabalhadores, com seus vínculos de emprego e benefícios, mas também as regiões ao redor das usinas nucleares, mais sujeitas a acidentes frente a um processo de diminuição de seu quadro técnico. Tudo isso, representando mais uma agressão à soberania nacional, que dependeria do fortalecimento de um programa nuclear brasileiro, que desse força à transição energética e à proteção ambiental, com independência aos setores privados e internacionais.



Desse sua privatização, em 2022, organizações de trabalhadores cobram a reestatização da Eletrobras. Foto: Divulgação.



Com do calor, aluno leva ventilador para dentro de escola no interior do Amazonas. Foto: Reprodução

Juventude

Estudantes e professores têm saúde, ensino e aprendizagem em risco por causa do calor

Escolas brasileiras enfrentam média de temperatura mais alta que os demais locais da cidade, enquanto o Estado não dispõe de medidas paliativas e nem implementa ações radicais contra o aquecimento global.

O ano de 2024 foi o mais quente já registrado na história do planeta Terra. Segundo o Observatório Copernicus, da União Europeia (UE), a temperatura média do período foi de 15,10°C, e pela primeira vez a média global de temperatura foi 1,5°C superior à registrada na era pré-industrial.

No Brasil, o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) registrou uma temperatura média de 25,02°C no ano passado. O número é o mais alto desde 1961, quando a medição nacional começou a ser feita, e está 0,79°C acima da média histórica, que abrange o período de 1991 a 2020.

E é neste cenário de catástrofe climática que estudantes e profissionais da educação precisam frequentar diariamente salas de aula, submetendo-se a temperaturas que desafiam os limites do corpo humano. Uma pesquisa do Instituto Alana e do MapBiomas, que usou medições de temperatura por satélite de 2023, mostrou que 2,5 milhões de crianças e adolescentes

estudam em escolas que ficam em áreas pelo menos 3°C mais quentes do que as cidades onde estão.

Ou seja, se uma cidade registra 25,02°C, a média de 2024, escolas localizadas neste mesmo município podem chegar a, no mínimo, 28,02°C de temperatura, devido a sua arquitetura, falta de arborização e climatização. Os dados mostram que a escola estadual mais quente da capital paulista, a Escola Estadual Professor José Escobar, localizada no bairro do Sacomã, fica em um local 9,25°C mais quente que a média da cidade.

No caso da Escola Estadual Professor José Escobar, os pesquisadores observaram que o satélite detectou a temperatura de 39,24°C no local, enquanto a média da cidade era de 29,99°C. Já em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (RS), a pesquisa apontou que 51,8% dos estudantes também estão matriculados em escolas situadas em locais pelo menos 3 °C mais quentes que a média do município.

Risco ao ensino e à saúde de estudantes e profissionais

Os efeitos das crescentes temperaturas no corpo humano afetam diretamente a qualidade do ensino e a aprendizagem. Em entrevista à Repórter Brasil, a neurocientista Lívia Ciacci explica que durante o calor extremo, a circulação sanguínea se torna superficial, os vasos dilatam e a respiração pode acelerar: “É como se a gente entrasse em um estado de alerta, em que o bem-estar do corpo é prioridade e tudo o que é secundário perde importância”.

E, por isso, a concentração e o desempenho dos estudantes em atividades fica comprometido, diante de temperaturas muito altas. “Nós nos agitamos procurando um ambiente mais fresco. Nossa atenção vai ficar tomada por coisas como: ‘queria uma água gelada, precisava jogar uma água aqui na cabeça’. A gente começa a desviar o foco para tentar resolver esse desconforto”, explica Lívia.

A neurocientista também chama atenção para os professores, que enfrentam problemas parecidos neste cenário: “Além de precisar planejar sua metodologia de acordo com o ambiente em que está [com estudantes desfocados], o docente deverá fazer o esforço de se manter na linha do que planejou, também sofrendo os efeitos do desconforto térmico [...] Uma hora ou outra ele também vai ficar irritado e vai desistir de alguma tarefa pedagógica”.

E os problemas no ensino, causados pelo calor, podem ser duradouros. Uma projeção feita pelo Banco Mundial, em 2023, identificou que, quando se registram até 37 dias por ano com temperaturas acima de 25°C, o desvio padrão da nota média dos estudantes na Prova Brasil – principal avaliação nacional da educação básica – cai quase 2%.

As consequências das altas temperaturas na saúde também são mais severas entre crianças e adolescentes, que têm uma porcentagem de água no corpo maior do que a dos adultos, e estão mais suscetíveis à desidratação, além de exaustão, câibras e insolação. “O calor elevado também causa ressecamento da pele, desconforto nos olhos, boca e nariz e deixa todos mais irritados”, alerta a Sociedade de Pediatria do Rio de Janeiro (SOPERJ), em seu site.

Já para a saúde dos docentes, trabalhar em um ambiente sem climatização, com o barulho de ventiladores, pode ser um problema direto para as cordas vocais. “O calor e o ruído causados pelos ventiladores, às vezes em salas superlotadas e sem janelas, interferem no processo de ensino-aprendizagem”, comenta Heleno Araújo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), também em entrevista à Repórter Brasil.

A população negra é a que está mais submetida ao calor

Um levantamento da Agência Pública, utilizando dados da pesquisa do Instituto Alana e do MapBiomas combinados com informações do Censo Escolar 2023, chamou a atenção para o perfil de autodeclaração racial dos estudantes das escolas submetidas às maiores temperaturas.

Enquanto apenas 40% das crianças e adolescentes são pretas e pardas nas escolas que são de 1°C a 1,4 °C mais quentes que as cidades onde estão localizadas, a porcentagem sobe para 62,4% nas instituições que ultrapassam os 8 °C de diferença de temperatura.

“Conforme as escolas estão mais próximas ou dentro de favelas e comunidades urbanas, ou são escolas com maioria de alunos negros, observamos uma piora dos indicadores educacionais de modo geral. Com o estresse térmico e as ondas de calor, não é diferente”, comenta João Paulo Amaral, coordenador

da pesquisa do Instituto Alana e do MapBiomas, em entrevista à Agência Pública.

Ainda que insuficientes, medidas imediatas são necessárias

Diante do calor intenso, trabalhadores e estudantes protestaram por atenção do Estado à situação. No Rio Grande do Sul, o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), sindicato da categoria, solicitou o adiamento do início do ano letivo em fevereiro, buscando aguardar a passagem da onda de calor prevista para o mês e pedindo ações a respeito das altas temperaturas. Depois de conseguir a suspensão das aulas, através de decisão judicial, os dias letivos foram retomados através de recurso do governo do estado.

Na cidade do Rio de Janeiro, que enfrentou sensação térmica entre 40°C e 44°C no mesmo período, estudantes do Colégio Estadual Professora Maria Terezinha de Carvalho Machado, localizado no bairro Praça Seca, protestaram exigindo medidas de contenção do calor. De acordo com o G1, há 200 unidades escolares sem ar-condicionado no estado. Enquanto o Censo Escolar 2022 aponta que 70% das salas de aulas públicas no Brasil não possuem o aparelho.

Além da climatização e do adiamento de aulas durante o calor extremo, medidas imediatas de arquitetura e arborização também são necessárias para diminuir o desconforto térmico nos ambientes escolares. “Se o projeto arquitetônico não for bem desenvolvido, o ar-condicionado pode estar ligado, mas não entregar a sensação térmica esperada e ainda gerar um consumo energético altíssimo. O que as escolas vão fazer se ficarem sem energia elétrica? Vão suspender todas as aulas porque o prédio só é habitável com ar-condicionado?”, questiona a arquiteta e especialista em conforto ambiental Larissa Azevedo Luiz, em entrevista à Agência Pública.

Segundo a profissional, não existe regulamentação nacional que oriente a construção de escolas, o que dificulta a edificação de prédios que pensem no conforto térmico. “Não tem ninguém efetivamente olhando se a parede da escola tem um bom isolamento térmico, e muito menos cobrando para que ela se atente a isso”, pontua.

A necessidade de um enfrentamento revolucionário para a crise climática

A social-democracia e a burguesia internacional não têm compromisso em avançar na reversão da catástrofe climática. Enquanto o setor da direita institucional usa do Capitalismo Verde para lucrar em

cima da venda de créditos de carbono, a extrema-direita segue negando as mudanças no clima, agindo juntas para mascarar que o aumento da temperatura está diretamente ligado ao modo de produção capitalista, que sobrecarrega o planeta e esgota os recursos naturais.

Por isso, nem mesmo os pactos burgueses, que não tem compromisso real com a recuperação do meio ambiente, são respeitados. Com o recorde de calor em 2024, o mundo experienciou o primeiro ano com uma temperatura média global superior ao limite estabelecido pelo Acordo de Paris, assinado em 2015, na COP21.

Exemplificando a fachada que é o discurso de reversão dos problemas climáticos no capitalismo, os Estados Unidos, sob o governo de Donald Trump (Republicano), que é o segundo maior emissor de gases do efeito estufa no mundo, se retirou do tratado. Além disso, China (a maior emissora de gases), Índia e União Europeia não cumpriram o prazo para apresentar seus novos planos nacionais de redução de emissões, junto à Organização das Nações Unidas (ONU).

No Brasil, que também é signatário do Acordo de Paris, a negligência com a catástrofe climática vem através de medidas do governo federal de apoio ao agronegócio, exploração da Floresta Amazônica e desapropriação de terras de comunidades indígenas. Em fevereiro, a gestão Lula-Alckmin (PT e PSB) assinou uma Medida Provisória (MP) que libera R\$ 4,2 bilhões de crédito para o Plano Safra – programa que subsidia empréstimos em bancos públicos e privados para grandes produtores rurais, grupo econômico diretamente responsável pelo aumento do desmatamento.

E desde 2023, a Petrobras pressiona o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em busca da autorização para explorar a região da bacia da Foz do Rio Amazonas. A negativa do Ibama envolve riscos de vazamentos, falta de plano de contingenciamento robusto por parte da estatal e os impactos em três Terras Indígenas (TI) demarcadas.

Ainda assim, Lula e seu ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD-MG) defendem a exploração na Amazônia, e colocam o Brasil na agenda mundial do “progresso capitalista”, que preserva os interesses da burguesia, e demonstra a impossibilidade de recuperação do meio ambiente sem a mudança para o modo de produção socialista, gerido pelos trabalhadores, voltado às necessidades humanas e indissociável da preservação da natureza.

E para além da recuperação do planeta, os meios de produção sob posse dos trabalhadores representam também a garantia de uma sociedade em que a educação seja tratada como prioridade na formação humana, política e profissional, com infraestrutura pensada para as necessidades de estudantes e trabalhadores da área, sem problemas básicos como a superlotação de salas e a falta de climatização.

Política

STF recebe denúncia da PGR por 5 a 0 e Bolsonaro e seus aliados se tornam réus em processo penal

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou, nos dias 25 e 26 de março, o recebimento da denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra oito dos 34 acusados de praticarem atos contra as instituições democrático-burguesas e integrarem organização criminosa entre 2021 e 2023. Na quarta-feira (26), o Ministro Alexandre de Moraes ressaltou as ações de Jair Bolsonaro até o dia 8 de janeiro de 2023, demonstrando na leitura do seu voto que a PGR descreveu de forma satisfatória os elementos da organização criminosa imputados aos acusados, bem como a descrição das manobras para a abolição do Estado Democrático de Direito.

Moraes, relator do inquérito, afirmou na leitura de seu voto que “é crime, é infração penal, acampar na frente de quartéis para pedir decretação de golpe de Estado, para pedir a volta do AI-5, da tortura, da queda da normalidade democrática, e isso foi feito expressamente pelo então presidente ora denunciado”, votando pelo aceite da denúncia de todos os golpistas. Os Ministros Flávio Dino, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin votaram todos com o relator, sendo o voto de Fux o que apresentou algumas divergências de conteúdo em relação aos demais.

O colegiado decidiu que Jair Bolsonaro e seus aliados golpistas serão réus e responderão a um processo penal na Corte, por cinco votos a zero. Essa decisão, entretanto, encontra seus limites na medida em que os interesses burgueses defendidos por ações de militares na história do Brasil não serão combatidos puramente por meio de demandas democráticas e constitucionalistas. Além da remoção dos militares em postos-chave do Estado, para combater o “Partido Fardado” é necessário o fortalecimento de uma política operária que questione a existência de forças militares como força política moderadora dos interesses do capitalismo no Brasil. Também é necessário o combate aos financiadores da extrema-direita no Brasil – a grande burguesia, em especial do agronegócio, que tem passado ilesa à prossecução judicial.

Às vésperas do dia 1º de abril, que marca os 61 anos do golpe empresarial-militar, o julgamento de Bolsonaro e seus aliados militares remonta a necessidade de ruptura com a tradição de impunidade dos que exploram e oprimem a maioria trabalhadora da população. Contudo, é também um alerta e um chamado às intervenções políticas que elevem o

O **AI-5** foi o ato institucional que fechou o Congresso Nacional e assembleias legislativas dos estados, cassou mais de 170 mandatos legislativos, autorizou o presidente a intervir nos governos e suspendeu direitos e garantias constitucionais, tornando institucionais as torturas, prisões e perseguições.

grau de consciência dos trabalhadores sobre os riscos do golpismo fascista, de modo a sustentar uma permanente pressão popular em torno do julgamento de Bolsonaro e seus aliados. Em seus votos, os ministros trouxeram elementos que demonstram a gravidade das ações dos acusados, mesmo sem que as ações tenham implicado em mortes, fazendo a ligação entre os fatos do presente e o período da ditadura brasileira de 1964 e suas atrocidades em termos de presos, desaparecimentos forçados e assassinados pelo regime. Entretanto, isso ainda é insuficiente: é preciso que as Forças Armadas no Brasil sejam reconhecidas como um aparato repressivo dos grandes empresários, complacentes com seus interesses. Um sinal disso é o fato de que, até hoje, diversas recomendações da Comissão Nacional da Verdade – como o fim das Polícias Militares e da Justiça Militar, entre outras – ainda estão longe de serem cumpridas.

Os comunistas acreditam, por um lado, que as instituições da democracia burguesa são o produto de séculos de lutas do proletariado contra toda forma de dominação política autocrática, forçando a burguesia a concessões como o voto universal, o direito de organização e o direito de greve. Nesse sentido, qualquer conspiração das forças reacionárias contra essas instituições pode apenas representar, para os trabalhadores, o desejo por um regime ainda mais brutal de supressão do descontentamento popular – e, nesse sentido, é necessário que a classe trabalhadora esteja em guarda contra todas as maquinações do golpismo fascista. Por outro lado, os limites dessa democracia dos ricos são claros, e que apenas em uma sociedade onde todo o poder econômico e político esteja nas mãos da maioria trabalhadora da população será possível falar, verdadeiramente, em democracia. É preciso afirmar com nitidez essa verdade, sem idealizar as instituições políticas contemporâneas. Apenas assim a classe trabalhadora poderá enfrentar não só uma ou outra iniciativa golpista, mas a própria classe capitalista que financia e alimenta a opressão política do povo trabalhador.

Internacional

Equador: Suspiro frente ao monopólio das bananas?

Segundo turno da terceira eleição ao executivo nos últimos quatro anos no Equador conta com os nomes de Luisa González e Daniel Noboa, herdeiro de Luis Noboa Naranjo e de Álvaro Noboa, respectivamente o homem mais rico do Equador do século XX e seu filho, o Magnata da Banana.



Luisa González em sessão do pleno da Assembleia Nacional do Equador. Foto: Asamblea Nacional del Ecuador.

A apuração das urnas no primeiro turno de 2025 trouxe uma surpresa que não era apontada pelas previsões da véspera: a candidata Luísa González, endossada por Rafael Correa, disputará o segundo turno com o candidato Daniel Noboa, do partido Ação Democrática Nacional e atual presidente do país.

A previsão inicial apontava a vitória de Noboa, da extrema direita, no primeiro turno, que foi realizado no dia 9 de março. A última pesquisa lançada apontava a vitória do atual presidente com um pouco mais de 50% dos votos, enquanto Luísa González ficava atrás com 38%.

O resultado do primeiro turno, porém, apresentou praticamente um empate técnico. Com uma diferença de aproximadamente 20.000 votos, González vai para o segundo turno com do ex-presidente Rafael Correa. Nessa conjuntura, os espólios dos demais candidatos que concorreram ao primeiro turno, como Leonidas Iza, será definidor dos resultados das eleições.

Nesse contexto, na quarta-feira, dia 12 de março, o candidato Leonidas Iza, assim como a Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), declararam apoio a candidata Luísa González do partido Revolução Cidadã. A decisão se deu na Assembleia Popular Plurinacional do Equador e é demandado o fim da mineração ilegal a céu aberto; realização de plebiscitos nas províncias de Azuay, Yasumí e Chocó Andino sobre empreendimentos que agridem os ecossistemas locais; anistia a ativistas ambientais e defensores dos direitos humanos que se encontram presos; reconhecimento por parte do Estado das decisões tomadas pelas organizações indígenas; e fim dos processos de privatização da petroleira estatal OCP e da reserva ambiental de Sacha junto ao apoio à González no segundo turno. Em resposta, González postou em suas redes sociais,

afirmando que “o caminho da unidade é o que nós vamos trilhar, pela vida melhor da nossa nação [...] é um passo histórico, com a firme intenção de construir um projeto que priorize o ser humano, a dignidade baseada na justiça social e no respeito aos direitos fundamentais”.

Dessa forma, as eleições equatorianas consistem em uma disputa entre o legado de Correa e guinada à extrema direita conservadora que se inicia a partir de Guillermo Lasso. Enquanto Rafael Correa foi responsável por assumir a presidência com uma proposta antineoliberal, o que levou a políticas de economia expansiva e multiplicou os investimentos em infraestrutura, Lasso foi um político da direita conservadora que desmontou a economia equatoriana a partir do liberalismo, levando a uma crise institucional que envolveu o aumento da violência ligada ao narcotráfico no país. No governo de Guillermo Lasso, que ocorreu concomitantemente à pandemia da Covid-19, também houve o aumento expressivo do custo de vida no país.

Guillermo Lasso também, indo contra a atual Constituição do Equador de 2008, promulgada no governo de Rafael Correa, assinou um acordo com os EUA. Esse acordo permitiu o uso de portos e aeroportos do país, incluindo nas Ilhas Galápagos pelos estadunidenses. Vale ressaltar que tal acordo foi mantido por Noboa e aprofundado a partir de visitas do Comando Sul dos EUA ao país e com o treinamento de policiais e militares por pessoal dos EUA. Desde então posição do governo equatoriano nas questões internacionais tem sido de alinhamento automático dos EUA, sem questionar o genocídio na Palestina, as sanções contra Venezuela, ou sequer a recente guerra tarifária de Trump contra a América Latina. O governo de Lasso terminou com o episódio de morte cruzada meio à crise institucional equatoriana, em que o ex-

-presidente dissolveu o congresso e saiu do cargo, convocando novas eleições, a fim de evitar o impeachment.

Assim, Luisa González é rotulada pela imprensa liberal como a candidata de esquerda, por representar o legado antineoliberal de Rafael Correa. A candidata traz como propostas o restabelecimento do Ministério Coordenador de Segurança e o Ministério da Justiça, Direitos Humanos e Religião, além de reestruturar os Ministérios do Interior e do Governo. González também propõe a reforma das forças de segurança, de maneira a promover a “reinstucionalização” do país por meio de um processo constituinte-participativo. Isso se constitui em um modelo de Correa, de acordo com a linha da Revolução Cidadã. Ainda na pauta de segurança, a candidata aposta na modernização da Polícia Nacional, a partir do uso de tecnologias avançadas, como o uso de inteligência artificial para fortalecer o sistema de segurança integrado Ecu 911.

Na pauta de energia, González critica a gestão de Noboa e propõe um maior controle estatal. Seu plano de governo aborda a transição energética, abrangendo a temática de sustentabilidade ambiental. Também busca a recuperação da gestão pública das usinas elétricas, que constituem como um setor energético do Estado. Por fim, busca regular os “oligopólios de energia”, alterando as condições dos leilões para que as energias renováveis tenham uma remuneração estável.

Dando continuidade a pauta ambiental, a candidata propõe o estímulo econômico para outras áreas da economia que não o petróleo. É, assim, proposto uma transição com incentivos para setores de valor agregado, com o objetivo de alcançar um aumento relativo na participação da manufatura e dos setores com alta incorporação de conhe-

cimento e tecnologia na produção total.

Na economia, contudo, a candidata mantém a postura de proteção à dolarização e propõe assim recuperar a liquidez da economia. González afirma que a defesa desse modelo seria alcançada com o aumento da quantidade de moeda estrangeira que entra no país, fortalecendo a indústria nacional para aumentar as exportações e investindo em educação, saúde e infraestrutura.

Dessa forma, é inevitável que a pauta de seguridade social ocupe seu projeto de governo. González propõe democratizar o acesso à educação e garantir o direito à educação pública gratuita e de qualidade em todos os níveis, desde a pré-escola até a universidade. Na área da saúde, o plano prevê a consolidação do Sistema Nacional de Saúde e a inclusão de unidades de saúde privadas como prestadoras de serviços médicos por meio do Estado e sob um sistema único de saúde. Também prevê uma proteção contra “qualquer possibilidade de privatização de hospitais estatais”.

Enquanto Noboa representa a extrema direita que rifa a soberania estatal peruana, González, a candidata de esquerda, acaba por se pautar dentro dos limites sociais-democratas antineoliberais, característicos de seu partido e de seu apoiador, Rafael Correa. Contudo, acaba por não priorizar o proletariado ao prioritariamente, no campo econômico, buscar resguardar a dolarização, visto que essa é prejudicial para o trabalhador não apenas pelo impacto econômico, mas por facilitar os fluxos do narcotráfico no país. Decerto, entre sociais-democratas e bananas-oligárquicas, que vençam a Revolução Cidadã no segundo turno do Equador. Contudo, sabe-se que não é esse tipo de revolução que curará os males que assolam o proletariado equatoriano.

Internacional

Após 25 anos, Evo Morales deixa Movimiento Al Socialismo (MAS)

Em 2023, a Justiça da Bolívia decretou que os presidentes só poderiam exercer o cargo por dois mandatos. Mesmo assim, o ex-presidente por quatro mandatos anunciou nesta quinta-feira (20) que disputará as eleições presidenciais do país de 2025 pelo partido Frente para Vitória (FPV).

A posição de Evo Morales marca o rompimento definitivo do político com o Movimiento Al Socialismo, o qual fundou há 28 anos. Dessa forma, o ex-presidente se juntou ao partido Frente para a Vitória, uma pequena formação sem representatividade no Parlamento boliviano.

Antes da formalização de sua desfiliação, Evo Morales já se encontrava distante do MAS e do governo de Luis Arce. Morales liderava o partido MAS desde 1998, contudo, o partido se dividiu entre “arcistas” e “evistas”. Os precedentes a essa polarização dentro do MAS se encontram no golpe de 2019, que ocorre após Morales insistir em concorrer a um quarto mandato consecutivo. O golpe leva a senadora de direita Jeanine Añez ao executivo. Apenas um ano depois os bolivianos são capazes de escolher o próprio futuro político.

Nesse contexto de primeira eleição presidencial após a tomada de poder pelo golpe civil-militar, Luis Arce (MAS), pupilo de Morales que havia sido obrigado a se exilar na Argentina, é eleito presidente da Bolívia. Arce representa a renovação do MAS, que é a legenda à esquerda capaz de disputar a política local. Luis Arce foi ministro da Economia durante o governo de Morales, sendo percebido como uma possível sucessão à Evo Morales. Sua eleição ao executivo o leva a se consolidar como uma nova liderança do partido.

A partir das eleições de 2020, os interesses políticos de Arce e Morales passam a divergir. Em junho de 2024 a Bolívia sofre uma tentativa de golpe fracassada com baixa adesão das Forças Armadas, Evo Morales chega a insinuar que a ação teria sido orquestrada. Um ponto de não retorno entre a relação dos candidatos ocorre quando Luis Arce propõe formalmente a realização de um referendo acerca da prorrogação da reeleição presidencial, abordagem rejeitada por Evo Morales. A crise interna motivada pelas divergências entre os dois candidatos se acirra ao ponto de Evo Morales afirmar em fevereiro de 2024 que Arce é “um traidor”, que “procura proscrever o MAS”, e o governo “foi para a direita”.



Foto: Divulgação/Redes Sociais.

Na tentativa de mudar os ministros do governo Arce, Morales chegou a marchar junto a apoiadores no movimento que ficou conhecido como “Marcha para salvar a Bolívia”. Nesse movimento, Morales demandava a troca de ministros em 24 horas, “se [Arce] quiser continuar governando”. Milhares de bolivianos participaram da marcha que partiu da cidade de Caracollo, a 280km da capital, em 17 de setembro de 2024. O ato, ao final, contou com 36 feridos, após confrontos com a polícia. Evo Morales se pronunciou ao final da manifestação dizendo que o ato tinha como objetivo acabar com a “traição e acima de tudo a corrupção, a proteção do tráfico de drogas e a má gestão”. O protesto terminou em frente ao edifício da Cerveceria Boliviana Nacional (CBN), com um palco onde Evo discursou. O Ministério das Relações Exteriores respondeu às declarações de Evo Morales, condenando a ação do ex-presidente e entendendo como “ameaça interromper a continuidade da ordem democrática”. O governo de Arce condenou a coação contra a vontade do povo manifestada nas urnas.

A marcha teve como estopim a questão energética. A Bolívia sofre com a escassez de combustíveis, enfrentando problemas como o fornecimento de gasolina e gás desde 2023. Para além disso, o Estado também não conta com uma reserva de dólares, visto que a exportação de gás para o exterior enfrentou queda, levando a diminuição da entrada de divisas no país. Simultaneamente, a queda da produção da gasolina e do diesel levou ao aumento geral do preço dos combustíveis, levando a importação da gasolina a 56% e a do diesel a 86%. Para custear essas importações, Arce usou parte das reservas internacionais, ocasionando a desvalorização do peso boliviano.

Nesse cenário, os trabalhadores bolivianos enfrentam o aumento do custo de vida e a escassez dos combustíveis, recebendo como resultado da disputa entre Arce e Morales apenas uma esquerda representativa cada mês mais fragmentada e rebaixada.

Hamdan Ballal, palestino ganhador do Oscar é sequestrado pela ocupação sionista



Foto: Hazem Bader/AFP/Divulgação

Hamdan Ballal, co-diretor do documentário *No Other Land*, vencedor do Oscar de 2025 na categoria Melhor Documentário, foi linchado por colonos sionistas na Cisjordânia na segunda-feira (24). A informação foi divulgada pelo jornalista e diretor do filme, Yuval Abraham, por meio de uma postagem no Twitter.

De acordo com Abraham, Ballal sofreu agressões graves, incluindo ferimentos na cabeça e no estômago. O diretor afirmou que, após a chegada de uma ambulância chamada pela vítima, soldados israelenses invadiram o veículo e levaram Ballal para um local desconhecido. “Nenhum sinal dele desde então”, alertou Abraham na publicação, que também incluiu imagens do ataque.

Segundo Abraham, os agressores fazem parte de um grupo de colonos que ocupam ilegalmente a terra palestina de Masafer Yatta, onde Ballal reside. Em outra postagem, o jornalista divulgou um vídeo que mostra um dos colonos mascarados envolvidos no ataque, acrescentando que o grupo seguiu atacando ativistas americanos e quebrando seus carros com pedras. Até o momento, a localização de Ballal segue desconhecida.

No Other Land trouxe para a principal premiação do cinema mundial a questão do genocídio palestino, gerando grande repercussão internacional. Durante a cerimônia do Oscar, os dois diretores do filme, Basel Adra e Yuval Abraham, discursaram denunciando as ações militares israelenses na Faixa de Gaza e na Cisjordânia.

Ainda em janeiro, Israel havia proibido a exibição do filme vencedor do Oscar. O Ministro da Cultura da ocupação orientou as instituições culturais a não exibirem a produção. Em resposta, o Fórum de Documentários de Israel manifestou oposição à decisão, argumentando que o governo não deveria determinar quais conteúdos podem ser apresentados em espaços financiados pelo Estado.

A entidade incentivou as instituições a seguirem com a exibição do documentário, enfatizando que se trata de um tema de interesse público e que os cidadãos têm o direito de acessá-lo.

Censurados em Israel e sem distribuição nos Estados Unidos, os cineastas recorreram a uma estratégia independente para garantir a elegibilidade ao Oscar. Eles organizaram uma exibição especial de uma semana no Lincoln Center, em novembro, cumprindo os critérios exigidos pela premiação. O episódio é apenas mais uma das reiteradas ações de Israel contra a liberdade de imprensa e a verdade sobre a guerra de extermínio.

O documentarista foi vendado e espancado depois de documentar em vídeos o ataque de colonos sionistas a uma vila na Cisjordânia. Após intensa circulação de notícias sobre seu sequestro, na terça, dia 25 de março, Hamdan Ballal foi liberado, mas relatou torturas durante o período em que esteve detido.

Amazônia

Foz do Amazonas e Pelotas viram alvos da exploração de petróleo sob o Governo Lula-Alckmin

O governo Lula-Alckmin está em rota de colisão com a ciência, direitos indígenas e a própria retórica climática que defende internacionalmente. Enquanto Lula pressiona o IBAMA para liberar a exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas — beneficiando aliados como Davi Alcolumbre (União-AP) —, os técnicos do órgão mantêm, pela terceira vez, a decisão de negar a licença à Petrobras.

A empresa quer perfurar um poço a 159 km de Oiapoque (AP), próximo a três terras indígenas (Galibi, Uaçá e Juminã), mas, segundo documentos obtidos pelo Sumaúma, o plano da estatal para evitar desastres ambientais foi considerado insuficiente por especialistas.

A AGU agravou a situação ao isentar a Petrobras de analisar os impactos sobre comunidades indígenas, violando a Convenção 169 da OIT. O presidente do IBAMA, Rodrigo Agostinho, afirmou que foi o último a saber da decisão, em meio a denúncias de que o governo está agindo nos bastidores para enfraquecer o licenciamento ambiental.

Enquanto a Foz do Amazonas enfrenta resistência, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) tenta “vender” a Bacia de Pelotas (RS/SC) como substituta estratégica, segundo reportagem do ClimaInfo. A região, que abrange partes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, é apresentada como “menos sensível” ambientalmente, mas especialistas alertam: a exploração offshore ali também carrega riscos de vazamentos, contaminação de aquíferos e impactos sobre a pesca artesanal.

A estratégia da ANP ganhou

impulso após a descoberta de reservas de petróleo na costa da Namíbia, em 2024, que geólogos associam ao mesmo sistema geológico da Bacia de Pelotas. O G1 destacou que o ‘sucessor do pré-sal’ pode estar no Sul, mas não mencionou os custos: perfurar em águas profundas exige tecnologia cara e parcerias com empresas estrangeiras, como Shell e BP, que já atuam na região. ‘É uma corrida neocolonial. O lucro fica com as multinacionais, e o prejuízo ambiental sobra para as comunidades’, denuncia Juliano Bueno, coordenador da Coalizão Não Fracking Brasil.

A Petrobras, por sua vez, já deu o primeiro passo: em janeiro de 2025, assinou três contratos de concessão na Bacia de Pelotas, conforme divulgado em seu site institucional. Os blocos, adquiridos em parceria com a Shell e a Petrogal, reforçam a aposta da estatal em combustíveis fósseis, mesmo após promessas de investir em energias renováveis.

A postura de Lula lembra Belo Monte, quando o governo Dilma ignorou alertas técnicos e direitos indígenas para construir a hidrelétrica no Xingu. Agora, a aposta é no petróleo, beneficiando Davi Alcolumbre, que há anos tenta transformar o Amapá em uma fronteira extrativista, como da redação d’O Futuro vem denunciando. Em 2023, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) chegou a propor a Bacia de Pelotas (RS/SC) como “plano B”, mas a região amazônica seguiu como prioridade para a direita e o chamado “centrão”.

A contradição do gover-



O Presidente Lula reunido com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta. Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

no salta aos olhos: enquanto Lula promete que na COP30 (conferência climática de 2025) irá “liderar a transição energética”, seu ministro das Relações Exteriores, André Corrêa do Lago, afirma que “não há conflito” entre explorar petróleo e proteger a Amazônia. A fala, revelada pelo ClimaInfo, expõe o greenwashing de um projeto que, segundo o Painel Científico para a Amazônia, pode emitir 8,6 bilhões de toneladas de CO², equivalente a dois anos de emissões globais.

A decisão final sobre a licença, que pode definir o futuro da Amazônia e de seu povo, está nas mãos de Agostinho, pressionado por Lula a aprovar o projeto. Em entrevista à Rádio Diário FM, de Macapá, o presidente chamou o processo do IBAMA de ‘lenga-lenga’, desqualificando técnicos que alertam para riscos como vazamentos de óleo em uma área de corais únicos. A declaração revoltou servidores, que denunciam interferência política. O IBAMA não é balcão de licença. A pressão ignora a ciência e coloca vidas em risco’, criticou a Associação Nacional dos Servidores do Meio Ambiente (ASCEMA).

Um relatório técnico do IBAMA, detalhado pelo Sumaúma, aponta que a Petrobras não apresentou um plano emergencial para proteger espécies como peixes-boi e tartarugas marinhas em caso de vazamento. Além disso, a empresa ignorou os impactos sobre as terras indígenas Galibi, Uaçá e Juminã, onde vivem 4 mil pessoas dos povos Karipuna, Palikur e Galibi-Marworno. A omissão foi possível porque a AGU dispensou a Petrobras da obri-

gação legal de consultar as comunidades.

A dispensa, que Agostinho só soube ao ser questionado pela imprensa, revela como o governo age nos bastidores para acelerar o projeto. O presidente do IBAMA admitiu que ‘não houve diálogo’ entre a AGU e o órgão ambiental antes da decisão, o que enfraquece a credibilidade do licenciamento. ‘É como se o governo trabalhasse em duas frentes: uma para cumprir a lei e outra para burlá-la’, criticou Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental (ISA).

A pressão sobre o IBAMA vai além de declarações. Em fevereiro de 2025, o órgão substituiu o coordenador de licenciamento para petróleo e gás durante o impasse sobre a Foz do Amazonas. A mudança ocorreu após reuniões entre o Ministério do Meio Ambiente e a Petrobras, que cobrava ‘agilidade’. Servidores denunciam que a troca foi para ‘amolecer’ a resistência técnica.

O enfraquecimento do IBAMA também é estratégico. Em 2024, seu orçamento foi cortado em 25%, e greves paralisaram setores-chave.

Enquanto a Petrobras promete ‘gerar empregos’, comunidades lembram os impactos do pré-sal. Dados de 2022 mostram que a Petrobras distribuiu R\$215 bilhões em dividendos a acionistas, mas investiu apenas 13% do orçamento em energias renováveis. A licença da Foz do Amazonas não é só sobre petróleo, é mais um teste para saber se o Brasil priorizará a vida ou o lucro de grupos como o de Alcolumbre.

Agora você pode acompanhar todas as notícias do **Jornal O Futuro** direto de seu computador ou celular **através do novo site!**

Conectaremos ainda mais nosso trabalho em cada ponto do país, do Amapá ao Rio Grande do Sul, do Acre à Paraíba, **construindo uma ligação efetiva** entre as cidades em que estamos e construindo o caminho àquelas onde logo estaremos.

O Futuro é a nossa ferramenta para **unir a luta teórica, econômica e política** a cada passo que dermos no combate aos exploradores e aos oportunistas que buscam iludir os trabalhadores com promessas vazias.

Agitando as bandeiras da classe trabalhadora **sem fingir imparcialidade e sem dissimular nossos objetivos**, nossa missão é apenas uma: **formar e organizar a classe trabalhadora brasileira rumo ao socialismo.**

Acesse em **www.jornalofuturo.com.br**



Agronegócio e Clima

Planos Safra cada vez maior: os bilhões para o agronegócio e a inflação de alimentos

Haddad injeta mais R\$4 bilhões no Plano Safra e celebra recordes em subsídios, prometendo combater a inflação de alimentos. No entanto, o aumento das queimadas e a concentração de terras expõem a fragilidade do discurso de sustentabilidade do governo, enquanto os preços altos impactam na mesa da população.



Cerimônia de lançamento do Plano Safra 2023/2024. Foto: Ricardo Stuckert/PR

por Kauana Niz

Em entrevista ao ICL no dia 21 de fevereiro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo pretende tornar os Planos Safra “cada vez mais robustos”. Após dois recordes consecutivos nos Planos Safra de 2023 e 2024, a meta é repetir o “sucesso” em 2025, ampliando as plantações e exportações, o que, segundo ele, ajudará a combater a inflação de alimentos. Haddad destacou também os elogios internacionais recebidos pelo Brasil por seu modelo de agronegócio “sustentável”, que expande a produção sem aumentar o desmatamento.

A entrevista ocorreu em meio a uma polêmica envolvendo o setor do agronegócio. Em 20 de fevereiro, o governo surpreendeu ao anunciar a suspensão temporária de financiamentos rurais subvencionados, devido a não aprovação do orçamento para 2025 pela Câmara dos Deputados. Porém, menos de 24 horas depois, Haddad anunciou uma Medida Provisória (MP) de R\$4 bilhões.

No dia 24 de fevereiro, o governo federal publicou a MP 1289/25, autorizando um crédito extraordinário de R\$4,17 bilhões, com aval do Tribunal de Contas da União (TCU). Desse total, R\$3,53 bilhões foram destinados ao agronegócio (custeio, comercialização e investimentos), enquanto R\$645,7 milhões foram alocados ao Pronaf, linha de crédito voltada à agricultura familiar.

O Plano Safra e a Inflação de alimentos: impacto na mesa do trabalhador

Certamente quando o ministro afirma orgulhando-se que seu governo propôs os maiores planos da história, ele não está mentindo. O Plano de 2023/2024 foi de R\$364,22 bilhões e o de 2024/2025 foi de R\$409 bilhões e mais R\$108 bilhões em recursos de LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) foi destinado para emissões de

CPR (Cédula de Produto Rural), somando-se a um total de R\$ 508,59 bilhões apenas para o Plano Safra de 2024/2025. Deste, apenas R\$71,6 bilhões foram destinados à agricultura familiar.

O setor do agronegócio no Brasil, além de ser beneficiado por bilhões em subsídios, também se favorece da Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/1996), que o isenta do pagamento de ICMS sobre exportações de produtos primários e semielaborados. Esse setor vem ampliando sua dominação sobre as terras brasileiras ano após ano. Desde 2003, um ciclo intenso de grilagem de terras tem se mantido, e entre 2006 e 2017, os latifúndios expandiram suas áreas em 16,5 milhões de hectares.

Em 2018, de acordo com o INCRA, as grandes propriedades com mais de 15 módulos fiscais (1.000 hectares) somavam 471,2 milhões de hectares, ultrapassando metade do território nacional.

Por outro lado, pequenos produtores, que possuem até dez hectares, representavam 50,2% dos estabelecimentos, mas ocupavam apenas 2,3% da área total. Diante do estudo do MapBiomas de que o Brasil queimou 23% de seu território nos últimos 39 anos, e sabendo que os latifundiários concentram a maior parte das terras, é inevitável questionar: não seriam eles os verdadeiros responsáveis pela crise ambiental?

Portanto, a narrativa de que o agronegócio é “sustentável”, propagada por figuras como Haddad, o presidente da COP30 André Corrêa do Lago, além de políticos liberais e setores da mídia, é uma falácia e omissão de dados científicos que tenta enganar a classe trabalhadora e esconder o maior emissor de gases de efeito estufa do país.

Em 2024, o Brasil enfrentou uma crise ambiental sem precedentes: durante três meses, uma densa fumaça tóxica cobriu grande parte do território nacional, e o agronegócio foi o principal responsável pelos incêndios.

Embora o ministro tenha destacado a Amazônia como um exemplo mundial de conservação ao ICL, os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) contam uma história diferente. O bioma registrou, em 2024, o maior número de focos de incêndio dos últimos 17 anos, com 140.346 ocorrências, concentradas em áreas de expansão agropecuária e pastagens.

O argumento sobre financiar o agro para garantir a diminuição da Inflação também é falso. O jornal Brasil de Fato, em uma reportagem escrita em 2024 que ainda segue atual, destacou a relevância dos estoques reguladores de alimentos como mecanismo essencial para conter a inflação de alimentos que já estava muito alta desde o ano passado. Estimativas do Banco Central avaliavam que os custos de comida no domicílio podiam superar os 7% até o fim de 2024.

Durante o governo genocida de Bolsonaro-Mourão, a política dos estoques foi extinta, resultando no esvaziamento quase total dos estoques públicos. Essa medida contribuiu diretamente para o aumento de 11,64% nos preços dos alimentos em 2022, mais que o dobro da inflação oficial registrada no mesmo período, que foi de 5,79%.

Com a posse do governo neoliberal de Lula-Alckmin, houve a promessa de retomar os estoques reguladores. Entretanto, em 2023, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) concentrou suas aquisições principalmente em milho, deixando os estoques de produtos essenciais como arroz, feijão, café, mandioca e trigo praticamente zerados.

A falta de produção de alimentos básicos também é um problema, já que a área plantada de culturas como arroz e feijão diminuiu drasticamente, dando lugar à soja, voltada principalmente para exportação. E isso é o efeito direto do agronegócio que a redação d'O Futuro vem anunciando. Esse modelo determina o que será produzido no campo, priorizando os interesses do merca-

do externo, das grandes empresas e dos latifundiários, pautando-se pelo lucro. O resultado disso é quatro décadas de redução das áreas plantadas de arroz e feijão. Segundo o Ministério da Agricultura, a área de soja deve crescer 85% até 2033, enquanto a de arroz e feijão cairá 61%.

Os fatores climáticos, diretamente causados por esse modelo, também contribuem para a inflação dos alimentos. Secas e enchentes reduziram a safra 2023/2024 em 4,7%, mesmo com o aumento da área plantada.

Em fevereiro de 2025, o Banco Central projetou novos aumentos nos preços, com a taxa de inflação superando 15% ao ano em junho, o maior patamar em quase duas décadas.

A redação do Brasil de Fato entrou em contato com a Conab e o governo ainda em 2024 para entender o problema. A Conab justificou a falta de estoques de alimentos, afirmando que os preços de mercado não estavam abaixo dos valores mínimos para aquisição e o governo esperava uma queda nos preços dos alimentos a partir de abril de 2025, mas, os dados do Banco Central mostram que essa expectativa não deve se concretizar. Além disso, o governo planejava medidas para priorizar a produção de alimentos no Plano Safra, proposta já iniciada por Haddad, mas que favorece apenas quem produz alimentos para exportação.

O governo Lula-Alckmin tem priorizado o Plano Safra, destinando bilhões ao agronegócio, enquanto minimiza os impactos ambientais desse modelo e segue sem reestruturar a Conab. A Agricultura familiar, que produz alimentos diversificados e sustentáveis, recebe poucos recursos. O valor projetado em 2025 para a reforma agrária corresponde a apenas 0,1834% do total do Plano Safra atual. Isso reflete a escolha por uma política neoliberal que favorece os burgueses do agronegócio, em detrimento da soberania alimentar e dos direitos das populações do campo e da floresta.

Segurança pública

Polícias Federais e inteligência de Estado são peças-chave da articulação golpista

A responsabilização dos golpistas, para ser efetiva e servir aos interesses populares, deverá tornar claros os interesses de classe que sustentaram não apenas a tentativa golpista, mas que seguem sustentando também os ataques cotidianos que são desferidos contra os interesses da classe trabalhadora no Brasil.



O diretor-geral da PRF, Silvinei Vasques, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, e o diretor-geral da PF, Márcio Nunes, durante entrevista coletiva sobre a Operação Eleições 2022. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

por Mônica Guerra

A participação das Polícias Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF) na tentativa golpista de 2022 é cada vez mais evidente. A denúncia apresentada em fevereiro pela Procuradoria-Geral da República (PGR), chefiada por Paulo Gonet, contra 34 pessoas, envolve não só uma expressiva maioria de militares da ativa e da reserva (24 ao todo), mas também 7 policiais da PF e da PRF. Apontadas como parte da trama, as blitzes da PRF bloquearam inúmeras rodovias durante o segundo turno na chamada Operação Eleições 2022. Os bloqueios se concentraram em especial no nordeste, onde Lula recebeu quase 70% dos votos válidos, vencendo em todos os estados da região.

A investigação conduzida pela PF que culminou no indiciamento de 37 pessoas em dezembro do ano passado envolvia ainda 11 homens - cuja maioria também é de militares - que ficaram de fora da denúncia da PGR, mas que ainda poderão ser incluídos posteriormente. Nessa nova fase aparecem cinco novos envolvidos, dos quais dois estão diretamente ligados aos bloqueios nas rodovias: Marília Ferreira de Alencar, ex-Diretora de Inteligência da Secretaria de Operações Integradas

do Ministério da Justiça (Seopi), e Silvinei Vasques, ex-Diretor da PRF que já havia sido indiciado pela PF em agosto de 2024 e que é investigado pela interferência nas eleições. Apesar de ter sido preso por quase um ano em 2023, Silvinei ocupa hoje a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação em São José (SC), onde atua usando tornozeleira eletrônica.

Em janeiro, a apuração da PF também investigou Bruno Nonato dos Santos Pereira, ex-Coordenador Geral de Inteligência e Contrainteligência da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e outros quatro ex-diretores da PRF por desobediência, prevaricação, restrição ao exercício do voto e participação no crime de tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito. A exceção de Djairlon Henrique Moura, ex-Diretor de Operações, todos atuavam também no setor de Inteligência.

As denúncias foram apresentadas em cinco peças. Nelas, são descritos quatro núcleos criminosos. Além do núcleo dirigente, cujos principais mandantes eram Bolsonaro, Heleno, Braga Netto e Anderson Torres, havia também núcleos dedicados a executar as ações,

pressionar o Exército e incitar manifestantes golpistas. Os policiais se concentravam principalmente no núcleo voltado para monitoramento e gerenciamento de ações nos órgãos policiais.

Além dos mapas eleitorais encontrados nos celulares apreendidos - que tratavam apenas da distribuição territorial dos votos de Lula durante o primeiro turno -, as mensagens trocadas pelos acusados também são explícitas: no grupo "Em Off", Marília de Alencar fala que "precisa reforçar PF" em Belford Roxo, onde "o prefeito é vermelho", o que poderia representar "menos 25 mil votos no 9 [referindo-se a Lula]"; no Rio Grande do Sul, cita Pelotas e Porto Alegre, onde "os caras tem que rodar", ao que Fernando de Sousa Oliveira, delegado da PF e então Diretor de Operações do Ministério da Justiça, orienta "manda [para] o RS. Tem muito eleitor do PT".

O uso de órgãos policiais e de inteligência de Estado na articulação do golpe remete às ações da chamada Abin paralela, que monitorou ilegalmente opositores e certamente se beneficiaria de equipamentos de vigilância adquiridos pela Seopi por meio de Marília de Alencar. Apesar da revelação do envolvimento de diver-

sas instituições e agentes na trama golpista, ainda há uma grande lacuna em aberto nas investigações: quem são os financiadores. Tanto no indiciamento da PF quanto na denúncia da PGR fala-se apenas em um "financiamento disperso", o que torna impossível explicar a imensa estrutura nacional que permitiu meses de acampamentos golpistas em frente aos quartéis, que permaneciam também sob a proteção do comando das Forças Armadas, e os deslocamentos de um enorme contingente de bolsoneiros para Brasília.

Além do "pessoal do agro", cujos nomes ainda devem ser revelados, é necessário passar a limpo tanto a estrutura organizacional da articulação bolsonarista, punindo políticos, militares e agitadores do golpe, mas também ir a fundo na identificação dos financiadores. A responsabilização dos golpistas, para ser efetiva e servir aos interesses populares, deverá tornar claros os interesses de classe que sustentaram não apenas a tentativa golpista, mas que seguem sustentando também os ataques cotidianos que são desferidos contra os interesses da classe trabalhadora no Brasil.

Assine nossa campanha de financiamento em apoiar.se/jornalofuturo ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente



Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: contato@jornalofuturo.com.br

